

CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

29 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota Técnica 183/2021

Inconsistências identificadas no autógrafo do PLN
40/2021



As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal - Conorf.

O trabalho produzido no âmbito da Conorf, com objetivo de consultoria e assessoramento parlamentar, é considerado informação prestada em razão do exercício do mandato, mantendo-se sob a salvaguarda do § 6º do art. 53 da Constituição Federal. A permissão de sua reprodução deve ser requisitada ao solicitante do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Esta nota técnica tem o objetivo de esclarecer as inconsistências identificadas no autógrafo referente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2021 (PLN 40/2021).

2. ANÁLISE

2.1. RESUMO DA APRECIÇÃO DO PLN 40/2021

No prazo regimental, foram apresentadas 23 (vinte e três) emendas ao projeto de lei. Essas emendas foram analisadas pelo relator e constam do relatório apresentado na CMO no dia 6/12/2021.

(Voto do Parecer 58/2021-CMO) Diante do exposto, entendemos que as emendas 2,4,5,6 e 7 devam ser declaradas inadmitidas, conforme art. 109, I da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Quanto ao mérito, votamos pela rejeição das emendas 1, 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23, pela aprovação parcial das emendas 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, e pela aprovação das emendas 14 e 21.

Assim, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação PLN nº 40, de 2021, na forma do substitutivo anexo.

No dia 7 de dezembro de 2021 a CMO recebeu o Ofício SEI nº 548/2021 do Ministério da Economia¹ e, ainda no âmbito da referida comissão, houve alteração do voto proferido pelo relator, incorporando as solicitações contidas no ofício e procedendo outras alterações, conforme trecho da conclusão de voto abaixo:

(Conclusão de Voto do PLN 40/2021 na CMO) Em virtude de acordo havido nesta CMO para a aprovação do PLN 40, de 2021, altero o Voto apresentado originalmente no relatório apresentado conforme apresentado a seguir:

III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, quanto ao mérito, votamos pela rejeição das emendas de nº 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23, pela aprovação parcial das

¹ Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9049968&ts=1640650082928&disposition=inline>.

emendas de nº 12,13,16, 17, 18,19 e 20, e pela aprovação das emendas de nº 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14 e 21.

Quero registrar que o acolhimento das emendas, por acordo, nesta CMO, se deu nos seguintes valores: Emenda 1 – R\$ 5 milhões; Emenda 2 – R\$ 1 milhão; Emenda 4 – R\$ 1 milhão; Emenda 5 – R\$ 1 milhão; Emenda 6 – R\$ 1 milhão; Emenda 7 – R\$ 1 milhão.

Acolho, também, em sua integralidade o Ofício SEI nº 548/2021/ME encaminhado pelo Ministério da Economia após a apresentação do relatório a esta CMO.

Assim, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação PLN nº 40, de 2021, na forma do Substitutivo anexo.

No dia 16 de dezembro de 2021, durante a apreciação no plenário do Congresso Nacional, o PLN 40/2021 recebeu duas complementações de voto². As alterações promovidas não modificaram o valor total do crédito, tendo afetado apenas o anexo de suplementação do projeto.

Por meio do requerimento de votação em globo para os PLN nºs 21, 22, 25, 27 a 30, 32, 37 a 39, 40, 41, 42 e 44, de 2021, aprovou-se o PLN 40/2021 em plenário no dia 17 de dezembro de 2021. O substitutivo foi aprovado, nos termos do Parecer nº 58/2021-CMO, com os adendos apresentados pelo relator; com o voto contrário do NOVO e do PSOL. E, assim, foi aprovada a redação final, oferecida pelo Parecer nº 15, de 2021-PLN/CN.

Por fim, foi remetido Ofício CN nº 379, de 20/12/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 155/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

² Disponíveis em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9057503&ts=1640024509955&disposition=inline> e <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9057793&ts=1640024509906&disposition=inline>.

2.2.DAS INCONSISTÊNCIAS CONTIDAS NO AUTÓGRAFO

Ao consolidar as decisões feitas durante a tramitação, descritas na seção anterior, o Parecer nº 15, de 2021-PLEN/CN não refletiu a última posição das decisões formalizadas pelas complementações de voto em plenário.

1 – As programações a seguir foram incluídas na Unidade 36211 – Fundação Nacional de Saúde do Órgão 36000 – Ministério da Saúde, mas não constam da posição final das decisões de plenário:

	5018	Atenção Especializada à Saúde								10.000.000
		ATIVIDADES								
10 302	5018 2E90	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas								10.000.000
										10.000.000
10 302	5018 2E90 0001	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional	F	3	2	41	0	300		10.000.000
	5019	Atenção Primária à Saúde								15.000.000
		ATIVIDADES								
10 301	5019 2E89	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas								15.000.000
										15.000.000
10 301	5019 2E89 0001	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas- Nacional	F	3	2	41	0	300		15.000.000

2 – A programação abaixo, na Unidade 53101 – Ministério do Desenvolvimento Regional – Administração Direta do Órgão 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional, consta com valor inferior à decisão de plenário, que foi R\$ 215 milhões e não R\$ 190 milhões:

15 244	2217 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado								190.000.000
15 244	2221 7K66 0001	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional								190.000.000
			F	4	2	40	0	350		190.000.000

Nesse contexto, as inconsistências descritas acima sensibilizaram o autógrafo enviado ao Poder Executivo, incluindo-se ainda no autógrafo a inserção de outra programação já identificada e comunicado àquele poder.

3 – A página 3 do autógrafo enviado continha programação adicional na Unidade 53101 – Ministério do Desenvolvimento Regional – Administração Direta do Órgão 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional:

ORGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional									
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2217		Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							60.000.000
		PROJETOS							
15 244	2217 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							65.000.000
15 244	2217 7K66 0001	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional							65.000.000
15 461	2217 ID73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Urbana	F	4	2	40	0	300	65.000.000
15 451	2217 ID73 0001	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Urbana - Nacional							20.000.000
			F	4	2	40	0	300	20.000.000
TOTAL - FISCAL									85.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85.000.000



No caso deste item 3, a inconsistência já foi identificada e comunicada por meio do Ofício CN nº 384, de 20/12/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 158/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, informando ter sido identificada inconsistência no autógrafo do Projeto de Lei nº 40, de 2021-CN, encaminhado por meio da Mensagem CN nº 155, de 2021, e solicitando, portanto, que a tabela constante na página 3, referente à programação do MDR, seja desconsiderada.

3. CONCLUSÃO

Considerando que apenas a inconsistência descrita no item 3 da seção anterior foi comunicada, entendemos que o Parecer nº 15, de 2021-PLEN/CN e o autógrafo devam ser

retificados e a retificação deste deva ser comunicada ao Poder Executivo, que já procedeu inclusive veto parcial do projeto de crédito em questão (Veto 68/2021³).

Ressalto que as alterações se fazem necessárias para que o parecer e o autógrafo reflitam as decisões votadas no processo legislativo-orçamentário. Em face disso, as ações necessárias para correção e comunicação ao Poder Executivo não demandam qualquer tipo de reavaliação por parte dos parlamentares.

Encaminho anexo a esta nota, minuta de autógrafo com as correções mencionadas.

Nesses termos, coloco-me à disposição para eventuais questionamentos porventura existentes.

FLAVIO DIOGO LUZ

Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos

³ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/14906> .